

Relator da CPI diz que Justiça precisa melhorar controle interno

Durante nova rodada de depoimentos, na qual foram relatados os problemas detectados no TRT do Rio de Janeiro, senador Paulo Souto atribui irregularidades no Poder Judiciário à fragilidade dos mecanismos de fiscalização



Os juízes Ivan Dias Rodrigues, Dóris Castros Neves e Amélia Valadão (*foto*) relataram ontem aos integrantes da CPI do Poder Judiciário o resultado da investigação que fizeram no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro.

Para os senadores, e em especial para o relator Paulo Souto, os depoimentos confirmam a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de controle da Justiça. “É incrível como os fatos se repetem”, espantou-se ele, após ouvir a descrição das irregularidades encontradas no TRT-RJ.

PÁGINA 4



“Ninguém faz isso sozinho. É um esquema. Houve um conjunto de ações e omissões durante todo o processo”

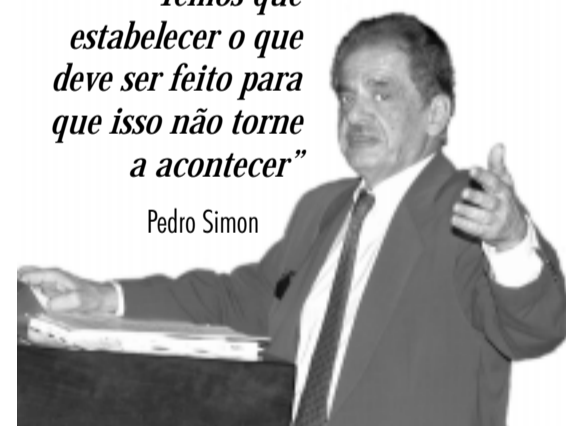
Gerson Camata

IRREGULARIDADES ENCONTRADAS NO TRT-RJ

- . Fracionamento de obras, tornando a modalidade de licitação adotada incompatível com o valor total do contrato.
- . Alterações dos contratos de prestação de serviços acima dos limites legais.
- . Superfaturamento de obras.
- . Habilitação irregular de empresas participantes do processo de licitação.
- . Desaparecimento de processos administrativos.

“Temos que estabelecer o que deve ser feito para que isso não torne a acontecer”

Pedro Simon



Senado vota hoje reorganização das Forças Armadas

Projeto que cria Ministério da Defesa e transforma Exército, Marinha e Aeronáutica em comandos militares, apresentado pelo Executivo, chega ao plenário com pareceres favoráveis de duas comissões do Senado.

PÁGINA 3

Grampo no governo gera debate em plenário

A divulgação de gravações de conversas de integrantes do governo no episódio do leilão das empresas do sistema Telebrás gerou debate ontem no plenário do Senado. A senadora Marina Silva rejeitou críticas ao

comportamento da oposição. O senador Luiz Otávio disse que a revelação do teor das conversas mostra a seriedade do governo. Discursaram sobre o tema, também, os senadores Roberto Freire e Romero Jucá.

PÁGINA 5

Comissão de Assuntos Econômicos elege hoje novo presidente

Avaliar as matérias relativas a empréstimos e tributos e emitir parecer sobre as indicações para o TCU estão entre as atribuições da CAE

Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Bello Parga (PFL-MA) convocou reunião ordinária para hoje, às 10h, destinada à eleição do presidente que preencherá a vaga deixada pelo senador Fernando Bezerra (PSDB-RN), que agora exerce a função de líder do governo no Senado. Indicado pelo PMDB, o senador Ney Suassuna (PB) é o único candidato à vaga. A escolha será em votação secreta.

As comissões permanentes do Senado têm por atribuição estudar e emitir parecer sobre os assuntos submetidos ao seu exame. À CAE compe-

te opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria; problemas econômicos do país; escolha dos ministros do Tribunal de Contas da União; direito agrário, planejamento e execução da política agrícola; tributos, tarifas, empréstimos compulsórios e finanças públicas; além de outros assuntos.

CAS

Amanhã, sob a presidência do senador Osmar Dias de Barros (PSDB-MT).



Suassuna foi indicado pelo PMDB para suceder Fernando Bezerra

(PSDB-PR), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza audiência pública com a secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência, Vanda Engel Aduan. Ela deverá prestar informações a respeito das ações de assistência social realizadas pelo ministério. A audiência foi requerida pelo senador Antero

Freire lamenta a morte do pastor Jaime Wright

O senador Roberto Freire (PPS-PE) lamentou ontem a morte do pastor presbiteriano Jaime Wright, aos 78 anos, ocorrida no final da semana, em Vitória (ES). Freire lembrou que Wright foi um dos coordenadores do movimento *Brasil, Tortura Nunca Mais*, "que desnudou a tirania no Brasil e demonstrou que a liberdade é um bem inegociável".

Para o senador, Jaime Wright inscreveu seu nome entre os brasileiros que dedicaram sua vida "à causa da liberdade, do humanismo e da vida" e "em nenhum momento vacilou ao enfrentar o regime militar, tendo papel destacado no processo de redemocratização".

– Jaime Wright sentiu diretamente a ação criminosa da ditadura ao perder o seu irmão, Paulo Wright, morto sob tortura. Wright não se intimidou e escreveu seu nome na história política do Brasil deste século, sem nunca ter disputado mandato parlamentar de qualquer tipo e nunca deixado que o ódio tomasse conta de seu espírito – afirmou Roberto Freire.

O senador destacou que Wright atuou na Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, ao lado de d. Paulo Evaristo Arns, e desenvolveu vários trabalhos de cunho social.

Senadores discutem novas regras para títulos públicos

Em reunião conjunta marcada para esta terça-feira, as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinam o projeto de resolução do senador José Agripino (PFL-RN) que altera o artigo 12 da Resolução 78/98. A proposta permite a negociação de títulos emitidos para pagar precatórios que tiveram sua negociação suspensa por decisão da CPI que, em 1997, investigou o assunto.

O relator da matéria na CAE, Francelino Pereira (PFL-MG), tem parecer favorável à iniciativa, mas ainda é necessário ouvir o parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS), relator do projeto na CCJ.

Antes, a CCJ estará reunida extraordinariamente, às 9h, para examinar mensagens do presidente da República submetendo à aprovação do Senado os nomes de Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini, Eliana Calmon Alves, Francisco Cândido de Melo Falcão Neto e Paulo Benjamin Fragoso Gallotti, para exercerem os cargos de ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Se aprovados, eles ocuparão as vagas decorrentes das aposentadorias dos seguintes magistrados: Cid Flaquer Scartezzini, Adhemar Ferreira Maciel, José Anselmo de

Figueiredo Santiago e Romildo Bueno de Souza.

ACESSO AO SIAFI

Amanhã, às 10h30, a CCJ fará reunião para apreciar uma pauta de nove itens, entre eles projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que fixa normas de acesso ao Siafi – Sistema de Administração Financeira – e a outros sistemas de informações de órgãos públicos. O parecer do relator, senador Iris Rezende (PMDB-GO), é pela aprovação, mas com um substitutivo. O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) pediu vista do projeto.

Estão incluídos na pauta três projetos da reforma política: o do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que amplia prazo de filiação partidária; o do senador José Eduardo Dutra, que suprime a reeleição para prefeitos; e o do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que trata da escolha de locais de votação de mais fácil acesso aos eleitores deficientes físicos.

Também deverá ser analisado projeto estabelecendo normas para a organização e manutenção de programas especiais de proteção a vítimas, testemunhas ameaçadas e acusados ou condenados que voluntariamente colaborem com a investigação policial e o processo criminal.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 15h15 - Recebe Antonio de Almeida Santos, presidente da Assembleia da República Portuguesa
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 25/99, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas; *Requerimento nº 245/99, do senador Paulo Hartung, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 29 e 39, de 1999, por versarem sobre critérios de distribuição da parcela do ICMS pertencente aos municípios; *Requerimento nº 246/99, do senador Geraldo Cândido, solicitando que sobre o PLS nº 165/99, que dispõe sobre a preservação da concepção urbanística do capital federal, além da comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura; e *Requerimento nº 247/99, do senador Antero Paes de Barros, solicitando a retirada do PLS nº 299/99, que acrescenta alínea ao art. 38 da Lei nº 4.117/62 (Código Brasileiro de Telecomunicações).

COMISSÕES

- ▶ 9h - Reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: *Mensagem nº 116/99, submetendo à aprovação do Senado o nome de Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Cid Flaquer Scartezzini; *Mensagem nº 117/99, submetendo à aprovação do Senado o nome de Eliana Calmon Alves, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Adhemar Ferreira Maciel; *Mensagem nº 118/99, submetendo à aprovação do Senado o nome de Francisco Cândido de Melo Falcão Neto, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro José Anselmo de Figueiredo Santiago; e *Mensagem nº 122/99, submetendo à aprovação do Senado o nome de Paulo Benjamin Fragoso Gallotti, para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Romildo Bueno de Souza. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*
- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Eleição do presidente da comissão. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*
- ▶ 10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a *MP nº 1.801-13, que altera dispositivos da Lei nº 9.656/98, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.
Pauta: Instalação da comissão. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13*
- ▶ 10h30 - Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos
Pauta: *PR nº 6/99, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*
- ▶ 11h - Comissão de Educação
Pauta: *PRS nº 119/96, que denomina "Florestan Fernandes" a sala da Comissão de Assuntos Sociais; *PLS nº 245/96, que dispõe sobre a proteção ao Patrimônio Fossilífero; *PLS 43/99, que revoga o art. 2º, da Lei nº 9.191/95, que altera dispositivos da Lei nº 5.540/68, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários; *PLS nº 236/96, que dispõe sobre a Educação Profissional em Nível Nacional; *PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; *PLS nº 22/99, que denomina "rodovia Governador Hélio Campos" trecho da BR-174; e *PLS nº 144/99, que dispõe sobre a veiculação de Programação Educativa para Crianças, por meio dos canais de radiodifusão de sons e imagens (televisão), e estabelece sanções pelo seu descumprimento. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*
- ▶ 14h30 - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
Pauta: *PDS nº 14/99, que aprova o texto do Acordo para o Funcionamento do Centro Único de Fronteira São Borja-Santo Tomé, celebrado entre o governo do Brasil e Argentina; *PDS nº 21/99, que aprova o texto do Convênio de Cooperação Educativa celebrado entre Brasil e Argentina; *PDS nº 36/99, que aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos, celebrado entre Brasil e Argentina; e *PL nº 198/97, que autoriza o Brasil a executar Projeto de Construção de Gasoduto Internacional no trecho Argentina-Uruguaiana-Porto Alegre. *Plenário 3 - Anexo II da Câmara dos Deputados*
- ▶ 18h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: *PLS nº 197/99, que altera a Lei nº 5.917/73 (BR-174 a Santa Maria do Boiaçu); *PLS nº 193/99 que altera a Lei nº 5.917/73 (Km 245 da BR-174 à BR-401); *PLC nº 43/97, que dispõe sobre a apreensão de semoventes nas rodovias e respectivas faixas de domínio; *PLC nº 18/99, que inclui os portos de Itumbiara e São Simão, ambos no Rio Paranaíba (GO), na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação; e *Requerimento nº 10/99, da senadora Emília Fernandes, solicitando as convocações do deputado estadual Gilmar Tato (PT-SP), relator da CPI da Telefonia/SP; de representantes da Federação Nacional dos Telefônicos e da Fitel; e de Aloisio Biondi, jornalista econômico. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13*

ESPECIAL

- ▶ Quarta-feira (2.6.99)
- ▶ 12h - Cultura ao Meio-Dia
- ▶ Filme: Elizabeth. Auditório Petróleo Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário vota criação do Ministério da Defesa

Aprovado pela Câmara e com pareceres favoráveis da CCJ e da CRE no Senado, projeto de iniciativa do Executivo reorganiza as Forças Armadas e transforma as pastas ministeriais hoje existentes em comandos militares

A criação do Ministério da Defesa deve ser votada hoje pelo plenário do Senado. O projeto de lei complementar que reformula as Forças Armadas, de iniciativa do Executivo, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, com modificações, e recebeu pareceres favoráveis na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado. Se aprovado pelo plenário, onde será discutido e votado em turno único, o projeto irá à sanção presidencial.

O relator na CRE, senador Pedro Piva (PSDB-SP), ressalta em seu parecer a preocupação, que identificou no trabalho resultante na criação do novo ministério, "de não realizar uma simples importação de modelos estrangeiros, mas refletir o estudo de muitos desses modelos". Ele destaca que o ministério

unificado para a defesa tem encontrado aplicação em muitos países e que tentativas nesse sentido, realizadas anteriormente no Brasil, "não vingaram" por dificuldades políticas da época.

No parecer que apresentou à CCJ, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) comenta que a experiência histórica brasileira tem demonstrado que a organização das Forças Armadas em ministérios, ligados apenas pelo elo político, "tem contribuído para dificultar e retardar o necessário desenvolvimento da doutrina do emprego combinado" das três forças.

O projeto enviado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ao Congresso Nacional tem exposição de motivos assinada por oito ministros: das Relações Exteriores, da Marinha, da Aeronáutica, do Exército e do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e



ainda do secretário de Assuntos Estratégicos e dos chefes da Casa Militar e da Casa Civil da Presidência da Repú-

blica. Os ministros lembram as tentativas anteriores de se fundirem os ministérios militares em um só – em 1936, o Ministério da Guerra absorveu o Ministério da Marinha; em 1965, tentou-se a criação do Ministério da Defesa – argumentando que "não alcançaram seu intento em função do cenário político vigente à época".

A fusão dos ministérios tem como objetivos a otimização da capacidade de defesa do país; a modernização e racionalização das Forças Armadas; e o abandono de estruturas pesadas

de administração, visando à redução das despesas. O ministério ficará encarregado das tarefas tipicamente militares, da implantação do Plano Plurianual e da elaboração do perfil da defesa nacional.

O projeto aprovado pela Câmara transforma os ministérios hoje existentes em comandos militares. Ele também cria o Conselho Militar de Defesa, integrado pelos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e pelo chefe do Estado-Maior da Defesa.

Todos os oficiais-generais indicados para o comando de sua respectiva Força serão transferidos para a reserva remunerada assim que tomarem posse. São mantidas, porém, todas as prerrogativas, direitos e deveres do serviço ativo. O projeto prevê ainda que o orçamento do Ministério da Defesa identificará as dotações próprias da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.



A Comissão de Educação deverá apreciar, também, projeto que fixa norma para veiculação de programação educativa no rádio e na TV

Emilia Fernandes pede à CI que promova balanço sobre privatização da Telebrás

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se hoje, às 18h, para examinar, entre outras matérias, requerimento da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) propondo a convocação de três pessoas para um balanço do primeiro ano de privatização do sistema Telebrás. São elas: deputado estadual Gilmar Tato, relator da CPI da Telefonia em São Paulo; Aloísio Biondi, jornalista que está lançan-

do livro contendo um balanço das privatizações; e um representante da Federação Nacional dos Telefônicos.

Também deverá ser votado o projeto que inclui os portos de Itumbiara e São Simão, ambos no rio Paranaíba (GO), na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação. O relator é o senador Gerson Camata (PMDB-ES), que é favorável à apro-

vação da matéria, com uma emenda de redação.

Deverá ainda ser examinado projeto de lei da Câmara dispoendo sobre a apreensão de semoventes (animais selvagens, domesticados ou domésticos) nas rodovias e respectivas faixas de domínio. O relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), é favorável ao arquivamento do projeto.

Educação decide se cria o Dia Nacional da Reforma Agrária

A instituição do Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária é um dos projetos que os senadores irão analisar na reunião da Comissão de Educação, marcada para hoje, às 11h. A proposta, que terá votação terminativa, é de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) e recebeu parecer favorável do relator da matéria, senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

Está também na pauta, em caráter terminativo, proposta do senador Pedro Si-

mon (PMDB-RS) que fixa normas para a veiculação de programação educativa para crianças pelo rádio e televisão e estabelece sanções pelo seu descumprimento. O senador Artur da Távola (PSDB-RJ), relator da matéria, deu parecer favorável.

Entre outros itens, os membros da comissão examinarão ainda projeto de lei do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que trata do processo de escolha dos dirigentes universitários. A reunião ocorrerá na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa.

Comissão do Mercosul aprecia projeto de gasoduto

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul se reúne hoje para discutir e votar quatro matérias, entre elas relatório do senador José Fogaça (PMDB-RS) ao projeto de lei que autoriza o Brasil a realizar a construção de gasoduto internacional no trecho Argentina-Uruguai-Porto Alegre.

Será discutido e votado também relatório do deputado Feu Rosa referente ao texto do Acordo sobre Isenção de

Vistos, celebrado entre o governo brasileiro e o argentino, em 1997, em São Borja (RS).

Também assinados entre o Brasil e a Argentina, devem ainda ser votados relatórios dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Emilia Fernandes (PDT-RS), respectivamente, sobre o Acordo para o Funcionamento do Centro Único de Fronteira São Borja-Santo Tomé e sobre o convênio de Cooperação Educativa.

Senadores recebem relatório sobre ajuda ao Banco Marka

Cada senador da CPI do Sistema Financeiro deve receber hoje uma cópia do relatório preliminar da comissão de inquérito, preparado pelo relator, senador João Alberto (PMDB-MA). Amanhã, os senadores se reunirão para uma primeira discussão do relatório, que tratará da venda de dólares pelo Banco Central, a preços favorecidos, ao Banco Marka e da denúncia de vazamento da informação de que haveria

mudança na política cambial, em 18 de janeiro último.

Em entrevista à imprensa, o presidente da CPI, senador Bello Parga (PFL-MA), afirmou que a votação do relatório preliminar, no entanto, só ocorrerá na próxima semana, quando já devem estar concluídos os exames dos extratos bancários e ligações telefônicas de pessoas que tiveram sigilos quebrados pela CPI.



Bello Parga informa que votação do relatório preliminar está prevista para a próxima semana

Eduardo não viu anormalidade em extratos

Análise realizada em parte dos nove mil extratos bancários que a CPI do Sistema Financeiro recebeu, após a quebra do sigilo de aproximadamente 50 pessoas, "não revelou qualquer anormalidade" em relação às movimentações financeiras de funcionários do Banco Central e ex-diretores da instituição, afirmou ontem o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). Ele foi encarregado pela CPI de analisar toda a documentação recebida dos bancos após a quebra de sigilo.

Eduardo Siqueira Campos disse, em

entrevista à imprensa, que ainda precisará de pelo menos mais uma semana para a conclusão da análise dos extratos bancários. Caso ainda seja detectada alguma irregularidade nas contas bancárias, a informação será acrescentada depois ao relatório preliminar da CPI (veja matéria acima).

O senador decidiu só examinar, junto com técnicos do Senado, as transferências de dinheiro que superem R\$ 10 mil, para acelerar o trabalho. Apesar disso, o exame é lento, pois cada depósito exige novos extratos, para de-

teectar a origem ou o destino do dinheiro. A partir desta semana, auditores da Secretaria da Receita Federal também examinam os extratos bancários com as maiores movimentações financeiras, para verificar se seus donos declararam os valores ao "Leão".

Na entrevista à imprensa, Eduardo Siqueira Campos afirmou que os extratos bancários de Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central, vêm sendo examinados há dias, ao contrário do que foi publicado em alguns jornais no final da semana.



Carlos Wilson sugere convocação de Pazzianotto

O vice-presidente da CPI do Judiciário, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), defendeu ontem a convocação do ministro Almir Pazzianotto, do Tribunal Superior do Trabalho, que teria ordenado o arquivamento de sindicância destinada a apurar irregularidades cometidas durante a gestão do juiz José Maria de Mello Porto no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro. O ministro também teria que explicar detalhes da intervenção do TST no TRT-PB.

– Acho que o ministro Pazzianotto já deveria ter-se colocado à disposição da CPI. No que depender de minha vontade, ele será convocado – frisou Carlos Wilson.

O senador garantiu que as mais de 3 mil denúncias de irregularidades no Judiciário que chegaram ao Senado “não ficaram engavetadas”. Ele informou que os casos não acolhidos pela CPI serão encaminhados ao Ministério Público.

Sobre os depoimentos dos membros da comissão de sindicância do TRT-RJ, Wilson disse estar convencido da ocorrência de irregularidades no tribunal. “Ficaram claros o descalabro e a má organização administrativa. Os tribunais precisam de controle principalmente no que se refere à administração de recursos públicos”, observou.



Para Wilson, “ficaram claros o descalabro e a má organização administrativa” no TRT-RJ

Juizes confirmam denúncias de irregularidades no TRT-RJ

Favorecimento a empreiteiras e fraudes nas licitações foram constatados por integrantes de comissão de sindicância que prestaram depoimento ontem à CPI

Em depoimento ontem à CPI que investiga irregularidades no Poder Judiciário, os juizes Ivan Dias Rodrigues, Dóris Castro Neves e Amélia Valadão confirmaram as denúncias de contratações sem licitação, desaparecimento de processos administrativos e superfaturamento de obras no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro, durante a gestão do presidente José Maria de Mello Porto, entre 1992 e 1994. Os três juizes fizeram parte de comissão de sindicância, instalada em 1995 para apurar as denúncias, concluindo que houve irregularidades, como favorecimento a empreiteiras, com pagamentos antecipados e fraudes, através do parcelamento de obras, para alterar o modelo de licitação.

A juíza Dóris Castro Neves, a que mais falou durante os depoimentos, disse que, quando da gestão de Mello Porto, era comum o fracionamento das obras no tribunal. O expediente, de acordo com o depoimento, consistia na divisão dos serviços contratados entre diversas empresas visando à adequação à modalidade



Três juizes relataram, na CPI do Judiciário, resultados de comissão de sindicância instalada em 1995

“carta-convite”, que, conforme a Lei de Licitações, permite a licitação apenas entre três empresas previamente cadastradas. “Quando se fracionava a obra, mais facilmente se chegava à modalidade que era a mais simples”, explicou a juíza, salientando que a legislação só permite o fracionamento de obras se for adotada a modalidade exigida para o valor global do empreendimento.

– Para reforma de um andar na sede do TRT, foram feitas 16 licitações. E em nenhuma delas se observou a modalidade de licitação apropriada para o montante total da obra – citou a juíza.

Dóris Castro Neves disse também que foram detectadas pela sindicância constantes alterações nos contratos de prestação de serviços. A lei permite que se altere até 25% do valor total da obra ou serviço. A

depoente afirmou que as alterações eram quase sempre superiores a esse limite. Além disso, informou, os prazos dos editais eram prorrogados mesmo depois de terem expirado.

– Esses dados indicam que houve favorecimento aos vencedores das licitações, uma vez que só quem tivesse conhecimento prévio de que os valores seriam alterados e os prazos prorrogados se arriscaria a fazer uma proposta – observou.

O depoimento também apontou fraudes na habilitação dos concorrentes nas licitações feitas pelo tribunal. “A documentação das empresas era extremamente precária. E, a despeito de não se ter o registro das empresas no ato de abertura das propostas, não havia publicidade dos resultados.” Segundo Dóris Castro Neves, em nenhuma nota fiscal de serviços ou produtos adquiridos pelo tribunal havia o recolhimento, pelas empresas, do Imposto sobre Serviços. “Quando o Estado contrata, tem o dever de verificar se o contratante cumpre com seus deveres”, salientou.

Sindicância aponta promoção pessoal e superfaturamento

A sindicância realizada no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro detectou diversas irregularidades na construção do prédio da Junta de Conciliação e Julgamento no município fluminense de Itaperuna. De acordo com os depoimentos prestados ontem à CPI do Judiciário, o movimento da junta, a localização do terreno para construção e o baixíssimo aluguel (cerca de R\$ 50) pago pelo tribunal na sede anterior não justificavam o empreendimento.

Além disso, o relatório da comissão de sindicância apontou o fracionamento da licitação como forma de burlar a exigência legal de realização de concorrência. Para a construção da Junta de Itaperuna foi gasto um total de R\$ 1,3 milhão, o que ultrapassa o valor exigido para a realização de concorrência.

A juíza Dóris Castro Neves disse que foi constatado o superfaturamento da obra. Ela apresentou dados indicando que, nesse tipo de obra, o custo do metro quadrado seria de cerca de R\$ 300. “No entanto, o gasto foi de R\$ 1.060 por metro quadrado, o que supera em 339% o preço médio de mercado”, afirmou. De acordo com as informações prestadas pelos juizes à CPI, apenas o projeto para o prédio cus-

tou mais de 30% do valor total da obra, quando, segundo o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio, o normal seria custar até 7,9%.

Os depoentes apresentaram documentos que comprovariam a promoção pessoal do juiz José Maria de Mello Porto. A comissão recebeu um anúncio de um programa de televisão, com os dizeres “Solução para o fim da criminalidade no Rio de Janeiro: com Marcello Alencar e Mello Porto”. De acordo com os depoimentos, o programa na emissora CNT foi patrocinado por agência de viagens que vendia passagens para o tribunal. O juiz Ivan Rodrigues informou que os sócios da agência Spelt Rio, Sérgio e Miriam Alevato, foram indicados para cargos de juizes classistas.

Com relação à nomeação de classistas, a juíza Dóris Castro Neves disse que há indícios de que muitos dos sindicatos que fizeram as nomeações seriam constituídos irregularmente.

– A nomeação de classistas é poder discricionário do presidente do tribunal. Ele recebe a lista tríplice e escolhe. Não há certeza se os sindicatos são constituídos regularmente – afirmou a juíza aos integrantes da CPI do Judiciário.

Relator constata fragilidade do controle dos tribunais

O senador Paulo Souto (PFL-BA), relator da CPI do Judiciário, disse ontem, durante o depoimento dos membros da comissão de sindicância do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, que as irregularidades apontadas comprovam a fragilidade dos mecanismos de controle interno dos tribunais.

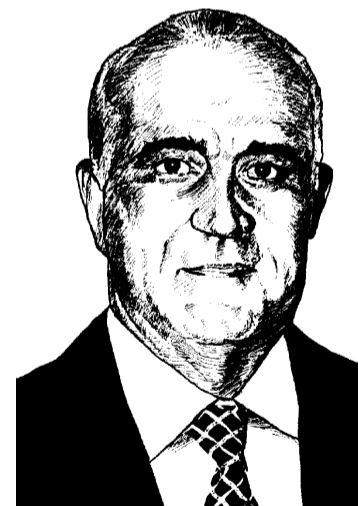
– É incrível como se repetem esses fatos. Esta é uma conclusão evidente da Comissão Parlamentar de Inquérito. Montam-se esquemas com as pessoas certas nos postos-chaves e as coisas correm do jeito que se quer – lamentou o relator.

LICITAÇÕES

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) observou que a burla à Lei de Licitações e “outras fraudes” só seriam possíveis se feitas em grupo. “Ninguém faz isso sozinho. É montado um esquema. Houve um conjunto de ações e omissões durante todo o processo”, observou. Já o senador Djalma Bessa (PFL-BA) estranhou que as apurações não tenham ainda resultado em punições.

– Em uma análise objetiva, concluímos que foi apresentada uma série de irregularidades muito graves, que constituem crimes de ação pública. Ficamos desanimados porque não sabemos o destino dessa apuração – salientou.

Durante o depoimento dos juizes do TRT-RJ, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) listou mais de 20 irregularidades que teriam sido cometidas na gestão do



Paulo Souto

juiz José Maria de Mello Porto. “Algumas ferem o bom senso, como a prorrogação de prazo no edital de licitação, depois de encerrado”, comentou.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu a adoção de mecanismos mais rígidos para evitar desmandos no Poder Judiciário. Ele defendeu que o relatório final da comissão contenha sugestões de legislação para melhorar o controle do uso do dinheiro público.

– O relatório tem que concluir sobre cada caso e indicar medidas para evitar que se repitam esses fatos. Temos que pinçar os aspectos mais relevantes e estabelecer o que deve ser feito para que isso não torne a acontecer – resumiu.

Marina defende postura da oposição diante do grampo

Líder do Bloco Oposição atribui denúncias a forças governistas interessadas em "abocanhar fatias maiores do poder"

A líder do Bloco Oposição, senadora Marina Silva (PT-AC), rebateu ontem as acusações de que a oposição agiu levemente diante da divulgação de conversas telefônicas "grampeadas" sobre o processo de privatização da Telebrás. A senadora afirmou que a oposição tem utilizado instrumentos legais em todas as providências que vem tomando. Dentre elas, a senadora citou o requerimento de criação de uma CPI mista e a iniciativa do deputado do PT José Genoino (SP), solicitando que a Câmara autorize a abertura de processo por crime de responsabilidade contra o presidente Fernando Henrique.

Quando às afirmações de que a oposição não tem sido generosa com o governo, Marina disse que "talvez não consigamos agir com a mesma generosidade que o Banco Central demonstra nas suas operações com bancos falidos". Para a senadora,



Marina Silva: oposição só tem de ser generosa com "a população sofrida do país"

a oposição deve estabelecer uma relação ética com o governo e ser generosa com a "população sofrida do país, que merece muito mais do que tem recebido do governo".

Ela lembrou a "atitude ética" que Luiz Inácio Lula da Silva demonstrou durante a campanha, quando se negou a divulgar documentos que denunciavam a suposta existência de contas nas Ilhas Cayman. "Na época, o presidente Fernando Henrique elogiou a atitude de Lula, mas agora o governo parece ter esquecido o episódio, quando prefere atacar irracionalmente a oposição, ao invés de buscar resolver as contradições internas desse governo", frisou.

— Não é a oposição que denuncia o governo, mas são as forças que compõem essa coalizão de elite que, por não terem afinidades ideológicas e programáticas, por não desfrutarem de visões comuns de mundo, unem-se para desfrutar do poder e atacam-se quando querem abocanhar fatia maior desse mesmo poder — argumentou Marina Silva, ao informar que hoje, às 12h, a oposição fará um ato em Brasília para obter apoio da população em prol da criação da CPI mista sobre o processo de privatização da Telebrás.



Luiz Otávio garante que as 46 fitas gravadas servem apenas para confirmar seriedade do governo

Para Luiz Otávio, revelação de conversa mostra lisura de FHC

Em nome da liderança do governo, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) apresentou ontem em plenário o que ele considera a verdade sobre as fitas que revelam conversas do presidente da República com ex-integrantes do governo. "Em horas e horas de gravação, em nenhum momento surgiu qualquer coisa que atentasse contra a honradez e a seriedade do presidente da República", sustentou ele.

Na primeira vez em que essas fitas vieram a público, disse Luiz Otávio, ele afirmou que o presidente da República era o homem mais investigado do país. Agora, quando foram divulgadas mais de 46 fitas, com 69 horas de conversa, para ele ficou ainda mais clara a retidão do comportamento do governo.

Luiz Otávio lembrou que o escândalo

Watergate mostrou que o então presidente norte-americano Richard Nixon grampeava as conversas de toda a oposição e inclusive de gente da situação. "Aqui, ao contrário, gravaram horas e horas de conversas do presidente da República", lastimou ele, afirmando que isso serviu apenas para mostrar a seriedade do governo.

O senador leu trechos de matéria publicada pela revista *Veja* a respeito do assunto, e disse que essa publicação o fez sentir-se gratificado por defender o governo. Conforme seu relato, a revista diz que, grampeado, Fernando Henrique Cardoso saiu-se muito bem. O senador também destacou que a publicação ouviu vários juristas, os quais afirmam que em nenhum momento o presidente incorreu em crime.



Freire apóia CPI, mas quer respeito à democracia

O senador Roberto Freire (PPS-PE) solicitou, ontem, a transcrição dos Anais da Casa do documento intitulado *Diálogo Nacional*, elaborado pela executiva do PPS, e de artigo do jornalista Roberto Pompeu, publicado na revista *Veja* desta semana, que expressam posição contra o golpismo no país. Reafirmando o compromisso do partido pela instalação de uma CPI que investigue o processo de privatização da Telebrás, o documento afirma que, frente ao cenário nacional complexo, qualquer ação da oposição "tem que se circunscrever aos marcos institucionais e democráticos", de acordo com citação do senador.

Segundo Roberto Freire, o partido conclama a oposição democrática a aderir ao movimento *Diálogo Nacional*, que tem como objetivo "gerar um projeto de desenvolvimento nacional e um novo bloco político democrático, capaz de obter sucesso nas eleições municipais de 2000 e abrir espaços para uma vitória consagrada em 2002".



Freire pediu transcrição de documento do PPS sobre o grampo

Imprensa começa a registrar verdade, constata Romero Jucá

Ao ler em plenário ontem um trecho de editorial de *O Estado de S. Paulo*, segundo o qual a reportagem da *Folha de S. Paulo* sobre transcrição de conversas telefônicas deixou claro que o governo agiu exclusivamente em defesa das finanças públicas ao procurar influir no desfecho de um dos leilões do sistema Telebrás, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que finalmente a imprensa começa a registrar a verdade dos fatos.

Segundo o senador por Roraima, o editorial, publicado no dia 27 de maio, sob o título *FHC tomou partido do grupo dos vendedores*, aponta o "posicionamento claro" da ação do presidente Fernando Henrique Cardoso no episódio. Jucá acrescentou que o texto também demonstra que a preocupação dos responsáveis pelo processo, em especial o ex-ministro Mendonça de Barros e o ex-presidente do Banco Central, André Lara Resende, era com a situação do grupo Telemar. Romero Jucá ressaltou que o mesmo editorial de *O Estado de S. Paulo* demonstra a condição precária do grupo Telemar para honrar seus compromissos.



Romero Jucá

Lauro Campos critica Proer e Projeto Sivam

O Proer (programa de reestruturação do sistema financeiro) e o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) foram criticados ontem pelo senador Lauro Campos (PT-DF). Segundo o senador, o Proer, "criado num sábado à noite, aplicou mais de R\$ 20 bilhões na salvação de 168 bancos falidos".

Quando ao Sivam, que prevê a vigilância da Amazônia por meio de radares, Lauro Campos lembrou que o projeto foi financiado pelo Eximbank com a obrigatoriedade contratual de que os equipamentos fossem adquiridos exclusivamente da empresa Raytheon. "Que concorrência é essa?", questionou.

Segundo Lauro, o professor Milton Friedman, que é considerado o papa dos neoliberais e dos adeptos da globalização, declarou que os governos deveriam deixar os bancos quebrarem e que não deveria haver qualquer ajuda "para incompetentes". O

Lauro condenou a ação do BNDES



senador observou, no entanto, que os interesses revelados pela CPI do Sistema Financeiro mostram que os alunos de Friedman aqui no Brasil não fizeram o que o mestre ensinou.

Lauro Campos afirmou que o BNDES agiu com a "máxima impropriedade" quando utilizou o fundo de previdência dos funcionários do Banco do Brasil (Previ) como fiador do grupo capitaneado pelo Banco Opportunity.

Emilia quer esclarecer uso de recursos do FEF



Emilia cobra uso do FEF para a área social

Fundamentada em denúncia da *Folha de S. Paulo* de que os recursos do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) vêm sendo gastos “em miudezas”, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) anunciou ontem requerimento de informação

ao ministro da Fazenda, solicitando esclarecimentos sobre o montante arrecadado e o uso dos recursos do FEF de 1998 até agora.

De acordo com a senadora, a matéria da *Folha* afirma que o FEF vem tendo parte dos seus recursos utilizada na compra de caixas de presentes, assinatura de jornais

Ademir denuncia contratação de estrangeiros para antigas estatais

Grupos multinacionais que compraram estatais estão demitindo brasileiros e importando técnicos de seus respectivos países para trabalharem nas empresas privatizadas. A denúncia foi feita ontem pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), a partir de dados oficiais do governo.

Segundo o senador, 2.480 gerentes técnicos, 1.190 diretores, 820 engenheiros e arquitetos, 820 encanadores, chapeadores e soldadores, 460 oficiais de bordo e 360 economistas e contadores entraram no país em 1998. Ele revelou ainda que, nos últimos cinco anos, houve aumento de 321% na expedição de vistos para estrangeiros trabalharem no Brasil.

Ademir entende que o Brasil deve fazer o mesmo que os Estados Unidos e países europeus fazem para proteger seus mercados de trabalho. “Se temos 10% de engenheiros desempregados, por que permitir que venham engenheiros de fora ocupar o lugar dos brasileiros?”, questionou, anunciando que está estudando modificações legais para limitar a entrada maciça de trabalhadores estrangeiros.

e até na manutenção de aparelhos de ar-condicionado do Palácio do Planalto. Ela argumenta que a verba do FEF deve ser destinada “prioritariamente à saúde, educação e despesas associadas a programas de interesse econômico-social”, segundo definição oficial.

Para Emilia, é importante dar transparência ao montante arrecadado e ao emprego dos recursos do FEF já que este foi submetido à apreciação do Senado Federal, e a população tem expectativa em relação a sua aplicação.

Emilia também rebateu acusações feitas à oposição por defender uma CPI para investigar a privatização da Telebrás. Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) ressaltou que o episódio mostra “a incompetência do governo, que empreendeu todo esforço para favorecer o grupo Opportunity e este nem poderia legalmente concorrer ao leilão”.

— Q u e m consegue visto no Brasil para trabalhar nos Estados Unidos? Ninguém! Lá nosso povo é desrespeitado e deportado quando pego trabalhando ilegalmente — afirmou.

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse, em aparte, que “no começo do governo Fernando Henrique Cardoso o Brasil ocupava o 13º lugar no mundo em desemprego e hoje está ocupando o 4º lugar”. O senador Luiz Otávio (PPB-PA) afirmou que existe legislação proibindo a contratação de mão-de-obra estrangeira para a cabotagem e a marinha mercante brasileira, e defendeu a criação de obstáculos legais para limitar a contratação de estrangeiros nas áreas atingidas pelo programa de privatização.



Ademir defende proteção ao mercado de trabalho

Mozarildo defende nova divisão territorial do país



Mozarildo: novo pacto federativo é apenas o começo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) propôs ontem uma nova divisão territorial do país, a fim de tornar mais ágil a administração. Ele argumentou que não é possível gerenciar com eficiência estados com a vastidão do Amazonas, do

Pará e de Mato Grosso. “Devemos pensar no seu desmembramento, de modo a criar, no Amazonas, o estado de Solimões; no

Pará, o de Tapajós; e em Mato Grosso, o de Araguaia”, frisou.

Mozarildo defendeu o estabelecimento de um novo pacto federativo, dizendo que seu propósito é abrir, entre os senadores, um debate sobre as desigualdades entre as várias regiões. Em sua opinião, cada vez que se evidenciam essas desigualdades, comprova-se a incapacidade da representação política para exercer a missão a ela delegada pelos cidadãos.

— É necessário que ajamos, que tomemos medidas que nos tornem efetivamente mais iguais, independentemente do local em que vivamos. O estabelecimento de um novo pacto federativo é apenas o começo — pregou o parlamentar.

Osmar elogia Banco da Terra e contesta posição do MST

Para senador paranaense, programa torna possível uma reforma agrária em que o assentado comprará o lote e pagará com a produção

“Este é um dos programas mais inteligentes que se criaram no país”, afirmou o senador Osmar Dias (PSDB-PR), ao anunciar a regulamentação, pelo governo, do projeto do ex-senador Esperidião Amin, atual governador de Santa Catarina, que instituiu o Banco da Terra. Ao registrar sua alegria com a regulamentação, Osmar Dias registrou também o protesto contra lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) que se manifestaram contrárias à criação desse banco.

O senador informou que o presidente da República vai no dia 10 de junho a Santa Catarina para assinar os primeiros contratos e colocar o programa em funcionamento. Ele considerou inexplicável que o governo lance um programa que investirá R\$ 122 milhões no financiamento de agricultores, a juros subsidiados, e que líderes do MST anunciem, conforme notícia a im-



Osmar Dias condena posição de líderes do MST contrária ao Banco da Terra

prensa, que são contra a iniciativa.

“Eles dizem que, se o governo criar o Banco da Terra, vão radicalizar. E o que é

radicalizar? É invadir terras, depredando propriedades produtivas”, afirmou Osmar, classificando essa atitude como irresponsável. Conforme o senador, com os financiamentos do Banco da Terra, o governo está oferecendo o dinheiro mais barato do Brasil. “Não existem juros assim nem para quem está produzindo”, garantiu.

Para Osmar Dias, a atitude de líderes radicais do MST equivale a ser contra os financiamentos para a compra da casa própria. Ele considera valioso o projeto do Banco da Terra, do qual foi relator, principalmente porque, em sua opinião, esta é a primeira vez que o país faz uma reforma agrária em que o assentado comprará o lote e pagará com a produção. “Não vamos matar um programa que democratizará a terra com esse discurso irresponsável e até criminoso”, aconselhou.

Luiz Estevão alerta para problemas estruturais no setor agropecuário

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) alertou ontem para a existência de “nós” em toda a cadeia produtiva do setor agropecuário, ao lembrar que as estimativas para a safra 1998/99, divulgadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), estão sendo reduzidas. “O principal motivo por trás dessa reversão de expectativas foi a seca nas regiões produtoras gaúchas, com redução de 1,2 milhão de toneladas de trigo e 1,1 milhão de toneladas de soja. No conjunto, a queda em face da estimativa de fevereiro corresponde a 600 mil toneladas de grãos”, informou o senador.

Para Estevão, o que tem impedido o pleno desenvolvimento da agricultura brasileira são fatores de natureza histórica e estrutural, que teriam impossibilitado, inclusive, que o setor se beneficiasse da desvalorização do real ocorrida em janei-

ro. Ele apontou como um desses fatores a baixa produtividade média, e deu como exemplo a cultura de milho, em que, apesar dos avanços nos últimos anos, a produção brasileira ainda é apenas um terço da norte americana e cerca de metade da argentina.

Outra fonte de ineficiência e desperdício apontada por Estevão é a logística de distribuição. Enquanto os Estados Unidos e a Argentina têm boas hidrovias e ferrovias, o Brasil usa rodovias, “num contexto agravado por estradas em mau estado, aliado à distância entre centros produtores e portos”, elevando custos com frete a até US\$ 40 a tonelada, contra US\$ 10 naqueles dois países.



Luiz Estevão aponta fatores estruturais que impedem crescimento

A excessiva carga tributária sobre a produção agrícola também foi criticada. Segundo Estevão, a *Gazeta Mercantil* noticiou que o Brasil é um dos países que mais tributam alimentos, e estudos do Ipea indicam que a desoneração do ICMS da cesta básica produziria um aumento de 11,5% a 17% no poder aquisitivo do salário mínimo.

— É urgente uma articulação multipartidária no Congresso, repercutindo o clamor da sociedade, particularmente dos interesses legítimos do setor agrícola, para que essa questão seja colocada no topo da agenda da Comissão Especial da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados — defendeu o senador.

Eduardo destaca o zoneamento ecológico-econômico do Tocantins

Ao registrar que o Tocantins recebeu ontem o primeiro zoneamento ecológico-econômico de um estado amazônico, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) ressaltou a importância do estudo para o desenvolvimento da região. Ele destacou que a solenidade, realizada em Campinas, contou com a participação do governador José Wilson Siqueira Campos, do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e



Eduardo Siqueira Campos destaca importância do estudo

de representantes da Embrapa e do Inpe, parceiros do governo do estado no projeto.

O senador pelo Tocantins informou que o estudo foi financiado pelo Banco Mundial e custou cerca de US\$ 800 mil. Adiantou que, com o zoneamento, o estado terá indicadas em seu território as áreas adequadas para o desenvolvimento de atividades econômicas, sobretudo a agricultura e a pecuária, além

de recomendar a proteção ambiental, restringindo a presença do homem em locais onde existe fragilidade ecológica.

— O zoneamento foi elaborado com base em imagens dos satélites meteorológicos e ambientais e reúne informações geocodificadas e atualizadas sobre tipos de solos, erosão, vegetação nativa, chuvas, clima, temperatura, culturas, vocação, manchas urbanas, áreas protegidas em parque e hidrografia — enumerou Eduardo.

Para os especialistas da Embrapa, segundo ele, a grande vocação econômica do Tocantins é a agropecuária.

Cândido chama atenção para mortalidade materna

Em 28 de maio foi comemorado o Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher e o Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna, e o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) destacou ontem que este ano as ações enfocaram os direitos sexuais e reprodutivos dos adolescentes.

No Brasil, disse o senador, estima-se que haja 32 milhões de jovens de ambos os sexos entre 10 e 19 anos, significando 21,84% da população. Cândido salientou que muitos não têm acesso a informações e serviços que protejam sua saúde e permitam decisões livres e responsáveis, e que as jovens ainda estão extremamente vulneráveis à gravidez, à violência sexual e às doenças sexualmente transmissíveis, inclusive a AIDS.

— São constrangedoras as taxas referentes à saúde da mulher. As doenças e a mortalidade maternas são uma tragédia contemporânea que não tem recebido a devida atenção. E o mais triste é que a maior parte dessas mor-



Geraldo Cândido cobra informações e serviços para os jovens

tes poderia ser evitada. Mulheres morrem porque não existem programas de saúde eficientes. Por isso, "Maternidade Saudável", mais que um slogan, é a síntese das reclamações das mulheres — concluiu Geraldo Cândido.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — Especial Unip — Assunto: O sono — 1ª parte
6h55 — Senado em Pauta
7h — Saúde Todo Dia — Atividade Hidroginástica
7h30 — Especial Unip — Assunto: O sono — 1ª parte
7h55 — Senado em Pauta
8h — Jornal do Senado
8h55 — Senado em Pauta
8h30 — Entrevista — O senador Luiz Otávio fala sobre novos projetos para o desenvolvimento da Amazônia
9h — Comissão de Constituição e Justiça (vivo)
Logo após — Reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição e Justiça (vivo)
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — Entrevista — O senador Luiz Otávio fala sobre novos projetos para o desenvolvimento da Amazônia
19h — Cores do Brasil — Em destaque: São Luiz do Maranhão
19h30 — Mulheres em Destaque — No programa, uma entrevista especial com a senadora Marina Silva
20h30 — Entrevista — O senador Luiz Otávio fala sobre novos projetos para o desenvolvimento da Amazônia

21h — Jornal do Senado
21h15 — Mulheres em Destaque — No programa, uma entrevista especial com a senadora Marina Silva
21h55 — Senado em Pauta
22h — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
9h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — A Voz do Brasil
Em seguida — Música e informação
20h30 — Senado em Linha Direta — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — Senado em Linha Direta — Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — Senado em Linha Direta — Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária (reprise)

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Jucá registra Dia Sem Tabaco defendendo restrições ao fumo

Para senador, é preciso "ampliar o combate e aumentar a conscientização de toda a sociedade brasileira" contra o cigarro

Ao lembrar a comemoração, ontem, do Dia Mundial Sem Tabaco, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou o projeto de lei de sua autoria, em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais, que, entre outras restrições, determina a proibição da venda de cigarros e demais produtos derivados do tabaco a menores de 18 anos.

— Tive oportunidade de, no início do meu mandato, apresentar e aprovar um projeto aqui no Senado que proibia fumar em vãos comerciais brasileiros. Este outro é na mesma linha, ou seja de buscar a restrição do fumo, ampliar o combate e aumentar a conscientização de toda a sociedade brasileira — comentou Jucá.

O projeto de Romero Jucá tem como relatora a senadora Heloísa Helena (PT-AL) e, além de proibir a venda de cigarros e produtos semelhantes derivados de tabaco a menores de 18 anos, também determina que o vare-

jista poderá exigir, no ato da compra, a carteira de identidade ou qualquer outro documento oficial para comprovar a idade do comprador.

Jucá justificou que é inegável a necessidade de dificultar o acesso de menores de 18 anos a cigarros e outros derivados do tabaco. Ele opinou que nessa idade os adolescentes são imaturos para exercer com qualidade o direito de livre escolha. Por outro lado, defendeu que esse direito precisa ser reconhecido ao consumidor adulto, que deve ser preservado em sua vontade de optar por fumar ou não.

Os estabelecimentos comerciais que vendam cigarros a varejo, de acordo com o projeto, terão que afixar em local visível ao público um cartaz informando sobre a proibição da venda de cigarros a menores de 18 anos.

Outra determinação do projeto apresentado por Romero Jucá é a



Romero Jucá tem projeto para proibir venda de cigarros a menores de 18 anos

proibição da venda de cigarros por unidades e também em máquinas automáticas ou através de serviços postais. Também fica proibido, conforme o texto proposto pelo senador, o consumo de cigarros nas salas de aula dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus e nos locais destinados à guarda ou reclusão de crianças ou adolescentes.

Projeto proíbe venda de cigarros a menores

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou projeto proibindo a venda, em todo o território nacional, de cigarros e produtos semelhantes derivados de tabaco a menores de 18 anos de idade. Na justificativa do projeto, o senador diz acreditar que a medida "possa vir a se constituir em efetivo instrumento de prevenção ao tabagismo em crianças e adolescentes".

De acordo com o projeto, os cigarros comercializados no mercado doméstico deverão conter em uma das laterais da embalagem a seguinte inscrição "Venda proibida a menores de 18 anos", ficando o infrator, tanto o primário como o reincidente, sujeito a punições.

O projeto estabelece, ainda, que no dia 29 de agosto de cada ano, decla-

rado como Dia Nacional de Combate ao Tabagismo, os ministérios da Educação e da Saúde deverão promover, junto às escolas de 1º e 2º graus, em todo o país, atividades destinadas à divulgação dos malefícios atribuídos ao tabagismo, inclusive mediante a distribuição de cartilhas ou material didático equivalente, e a realização de palestras e eventos.

Viana pede manutenção do sistema de auditoria do SUS

Na qualidade de signatário de nota expedida pela direção da União Nacional dos Auditores do SUS (Unasus), o senador Tião Viana (PT-AC) apelou ontem ao ministro da Saúde, José Serra, para que reafirme disposição de manter e fortalecer o Sistema Nacional de Auditoria (SNA), ao contrário da minuta de portaria, de 14 de maio, que reduz o número de auditores de 1.100 para 100 em todo o país. "Será inevitável o prejuízo total da fiscalização na maioria das instituições de saúde do país, o que contraria princípios da legislação que ampara o programa do SUS e a própria Constituição federal", afirmou o senador.

Ao ler a nota, o senador explicou que a Unasus encaminhou ao ministro da Saúde cópias dos seguintes documentos: exposição de motivos de

dezembro de 1998; considerações dos servidores do SNA Federal apresentadas e aprovadas na íntegra pela plenária nacional dos conselhos de saúde, realizada em 19 de maio de 1999; avaliação das conseqüências do desmonte do SNA Federal, de abril de 1999, já encaminhada a vários parlamentares; e a proposta existente no Ministério da Saúde que desmonta totalmente o SNA Federal, deixando fora do contexto cerca de 900 servidores hoje treinados e capacitados para o desempenho das funções de auditoria.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) solidarizou-se com Tião Viana e lembrou o Dia Internacional de Combate ao Fumo, celebrado ontem. Siqueira chamou a atenção para projeto de lei do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em trami-



Tião Viana condena a redução do número de auditores

tação nas comissões permanentes, estabelecendo que as indústrias de cigarro gastem a mesma quantia que utilizam em publicidade de venda em anúncios para explicar os riscos e os males provocados pelo hábito de fumar.

Requião quer fortalecer partidos nas eleições proporcionais

Proposta em tramitação na CCJ institui sistema de lista fechada para metade dos vereadores e dos deputados estaduais e federais

Proposta que modifica o Código Eleitoral, instituindo o sistema de lista fechada para as eleições proporcionais, está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O autor do projeto é o senador Roberto Requião (PMDB-PR) e o relator, o senador Sérgio Machado (PSDB-CE), que ainda não apresentou parecer sobre a matéria.

O projeto de Requião é terminativo na CCJ e estabelece que a metade dos integrantes da Câmara dos Deputados, das assembleias legislativas, das câmaras Distrital e municipais será eleita na

proporção dos votos obtidos pelo partido em lista fechada, escolhida democraticamente pela convenção partidária e integrada por candidatos organizados em ordem de precedência. A outra metade das vagas será eleita pelo sistema proporcional vigente, mediante votação nominal dos eleitores nos candidatos lançados, segundo a proposta do se-



nador. Requião justifica que o sistema eleitoral proporcional de lista aberta, adotado no Brasil, tem contribuído "para manter inconsistente a estrutura partidária, pois o eleitor tende a escolher candidatos sem levar em conta sua vinculação partidária". Dessa forma, acrescentou, o eleitor opta, muitas vezes, por candidatos famosos, com mais espaço na mídia, ou que sejam líderes de organizações religiosas.



Roberto Requião disse que a intenção é contribuir para o aperfeiçoamento das instituições políticas

nador.

COMPROMISSO

Requião justifica que o sistema eleitoral proporcional de lista aberta, adotado no Brasil, tem contribuído "para manter inconsistente a estrutura partidária, pois o eleitor tende a escolher candidatos sem levar em conta sua vinculação partidária". Dessa forma, acrescentou, o eleitor opta, muitas vezes, por candidatos famosos, com mais espaço na mídia, ou que sejam líderes de organizações religiosas.

Para o senador, esses candidatos "não têm maiores compromissos com

a sigla pela qual concorrem, pois entendem que não devem ao partido sua expressiva votação". De acordo com o projeto, o eleitor disporá de dois votos na eleição proporcional, sendo o primeiro para os candidatos escolhidos previamente e que constam da lista partidária e o segundo para os demais candidatos.

– Acreditamos que esse projeto vai ao encontro da vontade da maioria desta Casa e que, se aprovado, contribuirá para o fortalecimento partidário e, de resto, para o aperfeiçoamento das instituições políticas – afirmou.

Simon propõe segredo de Justiça para depoimento de testemunhas

A pessoa que, intimada a depor como testemunha, tiver que revelar fatos que possam incriminá-la, poderá requerer que o seu depoimento seja tomado perante autoridade judicial e mantido em segredo de Justiça, conforme estabelece projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Segundo o senador, o projeto cumpre duplo objetivo: explicitar o princípio de que ninguém

pode ser obrigado a depor para auto-incriminar-se e assegurar a apresentação daqueles que

podem colaborar na repressão de ilícitos.

– O formalismo do estatuto processual tem inibido depoimentos de pessoas cujo conhecimento acerca de determinados fatos é de fundamental importância para coibir e punir a prática de graves delitos. Temendo seu envolvimento na questão ou represálias de terceiros, preferem silenciar, tornando impossível a coleta de provas indispensáveis –



Simon afirmou que o formalismo do estatuto processual tem impedido depoimentos importantes

justifica Simon.

REQUERIMENTO

Pelo projeto, para falar em segredo a testemunha precisa fazer requerimento escrito com uma breve exposição dos fatos e dos riscos que o depoimento pode acarretar. O pedido deve ser apresentado pelo órgão competente do Ministério Público ao juiz, que terá 48 horas para decidir.

Para incentivar tal tipo de depoimento, o projeto de Pedro Simon de-

termina que a prova obtida dessa maneira não poderá ser utilizada contra a testemunha, nem para qualquer outra finalidade senão a definida no inquérito. Além disso, a proposta prevê que se o depoente intimado a depor em processo administrativo, penal ou civil ou em inquérito policial ou parlamentar sofrer qualquer ameaça ou retaliação por parte de terceiros deverá comunicar o fato ao juiz, que adotará as providências necessárias para preservar a incolumidade do interessado, de seus bens e de sua família.

– Esperamos que o ordenamento brasileiro incorpore o instituto processual já consagrado em outros países com grande eficiência e que vem permitindo que a lei alcance perigosos delinquentes de "colarinho branco" que, de outra forma, permanecem protegidos pelas quadrilhas que atuam em seu nome – explica o senador.

O projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa e já tem relatório, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), estando pronto para entrar em pauta.

Projeto dispensa profissionais de exame para carteira de motorista

Projeto apresentado pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG) estende a outras categorias profissionais dispensa dos exames de saúde para obtenção de carteira de habilitação, o que já é garantido aos tripulantes de aeronaves civis e militares.



De acordo com o projeto, que acrescenta artigo ao Código de Trânsito Brasileiro, a medida será adotada a partir de critérios a serem estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Na justificativa do projeto, o senador lembra que algumas categorias profissionais são obrigadas a passar por exames de aptidão física e mental extremamente difíceis e de avaliação rigorosa. "É o caso dos militares, em geral, e de outras categorias civis, como a dos mergulhadores profissionais", exemplifica.

Arlindo Porto cita dispositivo do código segundo o qual os exames de habilitação, exceto o de direção veicular, podem ser aplicados por entidades públicas ou privadas credenciadas pelo órgão executivo de trânsito dos estados e do Distrito Federal, de acordo com as normas estabelecidas pelo Contran.

– Faculta-se, pois, ao serviço públi-



Arlindo lembra que algumas categorias já são submetidas a exames rotineiros de aptidão física e mental

co, delegar a terceiros a aplicação dos exames de saúde. Assim, acreditamos que as instituições que, regularmente, requerem de seus profissionais a comprovação do bom estado de saúde podem, com muito mais propriedade, emitir certificados de aptidão física e mental válidos para fins de obtenção da carteira de habilitação de motorista – diz o senador.

A validação desses certificados de saúde junto aos órgãos executivos de trânsito seria feita de acordo com instruções do Contran, esclarece o senador. Arlindo Porto afirma ainda que "medidas como essa representam significativa simplificação processual na obtenção das carteiras de habilitação". A proposta do senador foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e aguarda designação de relator.

Aeroporto de Maceió poderá ter nomes de Zumbi e Dandara

O nome do aeroporto de Maceió – "Aeroporto Campo dos Palmares" – poderá ser acrescido dos nomes de Zumbi e Dandara, conforme projeto apresentado pela



senadora Heloisa Helena (PT-AL). A matéria será relatada pela senadora Marina Silva (PT-AC) na Comissão de Educação, onde terá decisão terminativa.

Heloisa Helena argumenta, na justificativa do projeto, que é tradição no Brasil e em inúmeros países "dar-se o nome de seus filhos mais ilustres a edificações públicas de grande projeção nacional". Afirma que especial deferência deveria marcar o tratamento dado aos heróis da pátria, "que lutaram e deram sua vida pelos ideais de liberdade, elemento fundamental para o desenvolvimento de uma nação". E diz que, entre esses vultos, destacam-se as figuras de Zumbi de Palmares e Dandara – esta última, lembra, marcou com sua presença a participação feminina na luta por tais ideais.

– Dandara e Zumbi representam, como protagonistas, a luta contra o mais cruel e doloroso episódio da nossa his-

tória: a escravidão. Representam também o quilombo, admirável modelo de resistência e organização social, que permitiu a um povo massacrado opor-se a um regime de força e demonstrar que é possível uma sociedade sem explorados e sem exploradores.

Ainda na justificativa do projeto, Heloisa Helena diz que Alagoas orgulha-se de ter sido o palco da Confederação de Palmares, "o mais importante quilombo da América", e de ser berço "desses extraordinários vultos da resistência contra a exploração e opressão no Brasil". A autora observa que a proposição não acarretará os problemas econômicos e de segurança que prejudicam outros projetos envolvendo a alteração de nome de aeroportos, uma vez que é preservada a designação original.



Heloisa Helena quer homenagear a resistência dos quilombos